política

Na COP31, Leite anuncia fundo para a transição energética

Decreto definirá instrumento com recursos da privatização da CRM

/ MEIO AMBIENTE

MAURÍCIO TONETTO/SECOM/DIVULGAÇÃO/JC



Anúncio foi feito durante painel sobre ações de governos subnacionais

O governador Eduardo Leite (PSD) anunciou, ontem, durante a COP31, em Antália, na Turquia, que assinará um decreto para estabelecer as condições de implementação da Política Estadual de Transição Energética Justa para as Regiões Carboníferas do Rio Grande do Sul e de criação de um fundo específico para financiar as ações. O mecanismo deverá receber parte substancial dos recursos obtidos com a privatização da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), garantindo apoio à diversificação econômica das comunidades que ainda dependem da mineração de carvão e da geração de energia termelétrica.

O anúncio foi feito durante o painel "Do Planejamento à Ação: Governos Subnacionais na Construção da Resiliência Climática", na programação da conferência do clima da Organização das Nações Unidas (ONU). A secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura, Isa Carla Osterkamp, e o secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi, acompanharam o painel.

Na ocasião, Leite também informou que o governo encaminhará à Assembleia Legislativa, nos próximos dias, um projeto de lei para instituir formalmente o Fundo Estadual de Transição Energética Justa (Fetej/RS).

Leite explicou que a medida busca garantir condições para que as regiões que ainda dependem economicamente do carvão possam se preparar para a redução gradual dessa atividade, com novas oportunidades de desenvolvimento e proteção social.

"É responsabilidade do Estado oferecer condições para essas comunidades, para que possam se tornar menos dependentes da exploração do carvão e, assim, consigamos efetivamente promover essa transição", afirmou o governador.

Segundo Leite, o objetivo é evitar que, quando chegar o prazo previsto para o encerramento da geração de energia a carvão, seja necessário solicitar novas prorrogações por falta de alternativas econômicas para os territórios envolvidos.

A política será orientada pelo Plano Estadual de Transição Energética Justa para as Regiões Carboníferas, apresentado em junho deste ano.

O decreto estabelecerá os instrumentos de planejamento, coordenação e acompanhamento da política, incluindo o Comitê de Governança do Plano e o Comitê de Implementação e Monitoramento. A estrutura prevê a participação das comunidades nas decisões e no acompanhamento das ações, assegurando transparência e controle social.

Leite também apresentou outras iniciativas da agenda climática estadual, como o Plano Rio Grande, voltado à reconstrução e à adaptação diante dos impactos das mudanças climáticas, e o Plano de Ação Climática (Plac/RS), que reúne estratégias de mitigação, adaptação e governança com horizonte até 2050.

Instituto Arayara critica plano proposto pelo governo estadual

Após o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSD), anunciar nesta terça-feira, durante a realização da COP31, em Antália, na Turquia, que assinará um decreto para estabelecer as condições de implementação da Política Estadual de Transição Energética Justa para as Regiões Carboníferas do Rio Grande do Sul, o Instituto Internacional Arayara emitiu nota manifestando preocupação com a proposta do Piratini.

Além da implementação da política, o governador Eduardo Leite anunciou a privatização da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e que os recursos da desestatização serão alocados em um fundo específico para financiar ações de transição energética.

Na nota, o instituto afirma que, até o momento, "não foi discutida com a sociedade gaúcha uma legislação estadual sobre a transição energética do setor". A organização não governamental ainda destaca o Rio Grande do Sul como "único estado do Brasil a possuir uma legislação abertamente pró-carvão mineral, a Lei nº 15.047/2017, que instituiu a Política Estadual do Carvão Mineral e o Polo Carboquímico do Estado".

O instituto também aponta que "o Plano de Transição Energética Justa para as Regiões Carboníferas do RS está fortemente amparado na perpetuação do uso do carvão mineral, como demonstram os itens 2 e 4 do documento, que tratam dos 'Novos usos para o carvão'".

Além disso, o Instituto Arayara faz um alerta quanto à privatização da CRM: "a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) é a única fornecedora do combustível utilizado na usina a carvão Candiota III, pertencente à J&F Investimentos, dos irmãos Batista".

CRM/DIVULGAÇÃO/JC



Extração do carvão mineral preocupa organização não-governamental

Porto Alegre apresenta resultados da reconstrução e modelo de adaptação climática

A delegação de Porto Alegre na COP31, em Antália, na Turquia, apresentou os resultados da reconstrução após a enchente de maio de 2024 e os instrumentos de planejamento que permitiram agilidade nas ações de recuperação.

O secretário municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Germano Bremm, e a diretora de Projetos e Políticas de Sustentabilidade, Rovana Reale Bortolini, detalharam números da recuperação, sistemas de monitoramento e políticas de adaptação em execução, o que reforça que o planejamento anterior à enchente de 2024 acelerou a recuperação e permitiu manter a meta de neutralidade até 2050.

No Pavilhão Brasil, o secretário Germano Bremm mostrou que o planejamento iniciado em 2021 foi decisivo para a velocidade da resposta. Segundo ele, a cidade já tinha inventário de emissões de gases, análise de risco e a estruturação do Plano de Ação Climática com 30 medidas prioritárias quando a enchente atingiu 30% do território, afetou 160 mil pessoas, destruiu 309 equipamentos públicos e impactou 45.970 empresas, com custo ao setor público superior a R$ 12 bilhões.

Bremm destacou que o município assegurou mais de R$ 8 bilhões em recursos nacionais e internacionais, dos quais mais de R$ 2 bilhões já foram investidos. A recuperação alcançou 330 obras e mais de 98% dos equipamentos públicos restaurados.

O Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática, estrutura de governança montada para o pós-desastre reúne cinco eixos – infraestrutura, adaptação climática, habitação, transformação urbana e financiamento.

O balanço inclui a ampliação do Centro de Monitoramento Alerta (Cemadec), que opera 24 horas com previsão meteorológica, emissão de alertas e equipe técnica especializada. A cidade instalou 10 totens de monitoramento em áreas de risco, com vídeo 360 graus e alertas sonoros e luminosos integrados à Defesa Civil. Os dados são públicos na plataforma POAClima.

"Nosso principal aprendizado foi incorporar a resiliência ao Plano Diretor. O objetivo número um do novo plano urbanístico da cidade é adaptar Porto Alegre aos efeitos da mudança climática e reduzir as emissões de gases de efeito estufa a zero", disse o secretário.

No painel do CDP, a diretora Rovana Reale Bortolini apresentou o modelo de adaptação construído a partir de 2024. A avaliação de risco e vulnerabilidade analisou seis ameaças – inundações, tempestades, ondas de calor, secas, deslizamentos e proliferação de vetores –, com linha de base de 1995 a 2014 e horizontes para 2040 e 2050, gerando mapa de risco por bairro.

No Pavilhão Zero Waste, a diretora apresentou o programa que transforma restos de alimentos das cozinhas escolares em biogás, biofertilizante e composto. Porto Alegre já instalou 12 biodigestores e cinco minhocários em escolas públicas municipais, modelo selecionado pelo Mutirão Brasil, do C40, como ação climática inovadora com potencial de escala na rede municipal.

O biogás é usado no preparo das refeições e o composto alimenta hortas.